

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: UMA LEITURA A PARTIR DOS
RECREADORES DE UM GRUPO DE HOTÉIS E CLUBES E
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA CIDADE DE CALDAS NOVAS-GO**

Danillo Henrique Clemente
Leomar Cardoso Arruda.

RESUMO

O objetivo geral deste texto consiste em identificar e analisar a existência de políticas públicas que ofereçam acesso aos recreadores da rede hoteleira as práticas de lazer na cidade de Caldas Novas-GO. A pesquisa caracteriza-se como de campo, tendo como amostragem cinco recreadores da maior rede hoteleira do município e o secretário de esporte e lazer. A pesquisa nos permite concluir que os recreadores de Caldas Novas-GO não possuem acesso as políticas públicas para o lazer no ano de 2008, uma vez que não se configuram como projetos de lazer as poucas ações desenvolvidas pela SMDL do Município pesquisado. Palavras-chave: Políticas Públicas. Lazer. Recreadores.

ABSTRACT

The general objective this text consist in to identify and to analyse the existence from the public political that propose acess the network hotelkeeper entertainer, practice of leisure in the city of the Caldas Novas-GO. The research character like field, has five entertainer of bigger network hotelkeeper of the district and the secretary of sports and leisure. The research permit us to conclude than the entertainer in Caldas Novas don't have acess the public politician for the leisure in 2008, what configure as project of leisure the little action developed by Municipal Secretary of Sport and Leisure from the district research. Key-words: Public Politicians. Leisure. Entertainer.

RESUMEN

El objetivo de este texto consiste en identificar y analizar la existencia de políticas públicas que ofrezcan acceso a los animadores de la red hotelera las prácticas de ocio en la ciudad de Caldas Novas-GO. Se trata de una investigación de campo, teniendo como muestra cinco animadores de la mayor red hotelera del municipio y el secretario de deporte y ocio. La investigación nos permite concluir que los animadoires de Caldas Novas-GO no tuvieron acceso a las políticas públicas para el ocio en el año 2008, dado que no se configuran como proyectos de ocio las pocas acciones desarrolladas por la SMDO del municipio investigado. Palavras-chave: Políticas Públicas. Ocio. Animadores

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo as Políticas Públicas direcionadas ao Lazer por parte do Poder Público Municipal na cidade de Caldas Novas-GO, mais especificamente os projetos e ações de lazer direcionadas ao sujeito trabalhador

categorizado como recreador, profissional este com forte atuação na rede hoteleira e clubística da cidade, a qual é conhecida nacionalmente e internacionalmente como a “Maior Estância Hidrotermal do Mundo.”

Sendo uma cidade turística, Caldas Novas-GO no período considerado de “alta temporada” e feriados prolongados, tem sua população quase que triplicada, saltando de aproximadamente 65.000 habitantes para 200.000 pessoas por ocasião dos turistas presentes nos hotéis, pousadas, chalés, clubes, condomínios e outros, efetuando-se em uma população rotativa durante estas épocas do ano.

Portanto, nos períodos de “alta temporada” as opções de lazer promovidas por parte do poder público municipal e da rede de hotelaria e clubes tornam-se mais variadas e atrativas, com um aumento na produção de eventos e shows para o entretenimento da população local e flutuante, seja gratuitamente ou não.

O *objetivo geral* da pesquisa é identificar e analisar a existência de políticas públicas que ofereçam acesso aos recreadores da rede hoteleira às práticas de lazer na cidade de Caldas Novas – GO. E mais especificamente pretende-se com a pesquisa: a) analisar as políticas públicas de lazer da cidade, constatando a existência de projetos ou eventos que atendam as necessidades dos recreadores/população de Caldas Novas para o ano de 2008; b) analisar a partir das falas dos recreadores entrevistados que atuam numa rede hoteleira do município de Caldas Novas - GO, o acesso destes aos eventos/projetos de lazer disponibilizados no município por parte do poder público municipal.

Num primeiro momento de nossa pesquisa procuramos estabelecer um diálogo com a literatura da Educação Física e áreas afins, buscando auxílio ao estudo proposto em autores como Zingoni (1998), Mascarenhas (2005), Marcellino (1990, 1996, 2001), Vaz (2003), Rodrigues (2001) dentre outros que têm como objeto de estudo temático as Políticas Públicas, o Lazer e os Recreadores.

Num segundo momento, explicitaremos o procedimento metodológico que utilizamos na aplicação de questionários mistos aos recreadores de uma rede hoteleira e clubística da cidade, bem como a realização de uma entrevista semi-estruturada com o secretário de turismo e lazer de Caldas Novas de 2008.

Na terceira e última etapa de nossa pesquisa, procederemos à análise dos dados coletados, dialogando com os autores pesquisados a fim de alcançarmos os objetivos apresentados acima e explicitando nossas referências bibliográficas que nos apoiaram durante a elaboração do artigo.

2. DESENVOLVIMENTO

Pensar em *Políticas Públicas para o Lazer* nos remete inicialmente em esclarecer o que venha a ser Políticas Públicas e, em seguida, compreendê-las na dimensão do lazer e, no nosso caso, averiguar como o poder público municipal organiza as suas ações/projetos direcionados ao lazer, enfocando o sujeito trabalhador categorizado como Recreador.

Através de pesquisas recentes no campo das políticas governamentais para a sociedade brasileira, encontramos alguns relevantes conceitos acerca do que vem a ser esse tipo de instrumento usado pelo governo para subsidiar os direitos fundamentais de sobrevivência da população, citado por autores como Frey (2000).

Nosso intuito com a pesquisa apresentada no decorrer das próximas páginas parte da premissa de que o gestor de políticas públicas deve sempre tentar elaborar e estabelecer novas políticas públicas de governo e, no caso específico aqui apresentado,

de lazer, ao se deparar com aquelas que encontram-se obsoletas e que já não atendem as necessidades da sociedade. Com isso buscamos apresentar o quadro em que se encontra a implementação dessas políticas em Caldas Novas/2008, principalmente aqueles que atendem ao grupo de recreadores pesquisado para termos a compreensão de como são aplicadas as políticas públicas de lazer do município.

A discussão sobre políticas públicas amplia-se com a colaboração de outros estudiosos do tema no Brasil, como Guareschi et al (2004) e Cristóvam (2005), que definem as políticas públicas, respectivamente, como sendo

o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. [...] (p. 180)

as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. (p.01)

Para prevalecer o que é entendido pelos autores supracitados e se ter eficácia no âmbito administrativo das políticas públicas é preciso dar continuidade aquilo que é implementado por governos passados, transcendendo a relação de governadores e governantes na busca de se estabelecer políticas públicas homogêneas para a população, que poderão se estabilizar a médio e longo prazo, caso contrário, como relata Suassuna et al (2007, p.16), a política pública poderá “se definir de modo focal, sem, todavia, se dar conta da necessidade de continuidade das políticas”.

Por isso também nos atentamos para o fenômeno ocorrido com as políticas públicas perante as eventuais mudanças administrativas de governo das cidades brasileiras a partir da descartabilidade de políticas públicas anteriores à administração presente, que acabam sendo elaboradas de modo focal e imediatista por aqueles que assumem o governo municipal em certo período de tempo e não comungam das mesmas idéias da administração passada, fazendo mudanças ou até mesmo extinguindo projetos e ações implementadas no passado em detrimento das intervenções que foram relevantes à população da cidade nos anos anteriores por motivos que atendem à uma camada restrita do governo ou da população dessas cidades.

Podemos aqui sintetizar as políticas públicas como a capacidade dos governos de usar o estado ou a “máquina administrativa” para a implementação de diretrizes e medidas que buscam fomentar à busca dos cidadãos por seus direitos sociais de forma plena, garantindo a sobrevivência e o bem estar de todos para que possamos avançar a um campo das políticas públicas que atendem as ramificações intersetoriais do lazer, como lazer e meio ambiente, lazer e turismo e lazer e esporte.

Para entendermos melhor o *lazer* trataremos as proposições de autores que versam sobre essa temática no Brasil tecendo críticas, fazendo propostas e debatendo o tema através de suas publicações que contribuem para a ampliação da discussão e elaboração de novos conceitos.

Iniciamos com a clássica definição apresentada pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier (2004) que entende o lazer como sendo

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (p.20)

Passamos a pensar o lazer dos recreadores e a dualidade que a definição de Dumazedier (2004) pode causar enquanto um profissional que pode até ter algum tipo de prazer durante suas atividades e funções do dia-a-dia, mas sem desprender-se de suas obrigações profissionais.

Pretendemos também instigar o pensamento crítico sobre esse fato nos recreadores e profissionais do lazer, juntamente com a ampliação das noções críticas e políticas, principalmente aquelas que versam sobre esse campo de atuação do profissional graduado em Educação Física, Turismo, Administração em Hotelaria, dentre outras.

Estudos designam ao lazer

(..) um caráter ‘revolucionário’, pois é no tempo de lazer, onde se procura a vivência de alguma coisa pela escolha e satisfação, o encontro com pessoas ou com o ‘novo’ e o ‘diferente’, que se encontram possibilidades de questionamento dos valores da estrutura social e, inclusive, das relações entre sociedade e espaço. As diferenças criam ‘espaço’ para o conflito, o que pode provocar dúvidas e reflexões. (MARCELLINO, 1990, apud PELLEGRIN, 1996, p. 33),

Percebe-se, portanto, nesta concepção, a importância do lazer e suas políticas públicas, como mais um agente na busca da formação de cidadãos comprometidos com a mudança de sua sociedade.

Por este motivo nos preocupamos quando ocorre, segundo Marcellino (1990, p. 22) “a mitificação do trabalho, gerando, quase sempre, uma atitude de desconhecimento de outras dimensões do humano, sobretudo as possibilitadas pela vivência de tempo de lazer”, restringindo o homem a um ser reducionista, alienado e impossibilitado de outras práticas que não sejam laborais ou interligadas as mesmas, preocupando-se em simplesmente trabalhar para acúmulo de capital cada vez maior, visando demasiadamente lucros em detrimento de vivências lúdicas com seu semelhante, descartando a possibilidade de ampliação cultural e social através do lazer.

Apoiados também nas críticas de autores brasileiros que versam sobre a temática do lazer encontramos estudos que relatam um quadro estarrecedor da situação desse segmento nas administrações públicas brasileiras, dos quais nos remetemos a Zingoni (1998) ao enfatizar que

ainda encontramos nas Secretarias de Esportes a “cultura” dos eventos e da prática, a oferta de eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos e que reforçam as desigualdades sociais; a valorização do esporte de rendimento; a banalização do lazer; a política clientelista e de

privilégios. (...) sem o envolvimento da comunidade na organização do evento e sem a preocupação com a sua continuidade. (p. 34-35).

No trecho supracitado, a autora tece uma crítica ao modo de elaboração dos eventos/projetos de lazer, que, segundo a mesma, são restritos a alguns indivíduos (tanto em sua elaboração nos gabinetes administrativos, como na acessibilidade desses eventos/projetos), sem profissionais capazes de gerir as atividades de forma coordenada e homogênea e, principalmente, a escassez de ações que aproximem a população da prática lúdica e prazerosa do lazer.

Para que esse gritante modelo de política pública seja banido de nossas administrações é preciso que os atores sociais dos municípios entendam as políticas públicas de lazer como “um espaço de fortalecimento da cidadania e um importante mecanismo na melhoria da qualidade de vida da população” (ROCHA, 2004), uma vez que o lazer é um direito garantido pela Constituição Federal ao cidadão brasileiro, sendo um dever do estado a sua implementação junto à sociedade.

Assim analisamos as políticas públicas para o lazer, como aquelas que o governo (municipal, estadual e federal) tem por determinação elaborar, fomentar, analisar e garantir a participação da população e sua aplicação através de instrumentos, aparelhos, leis e profissionais qualificados do lazer, garantindo um direito social do cidadão brasileiro, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seus artigos 6 e 217.

Identificamos os *recreadores* na pesquisa, como, segundo Gaelzer *apud* Vaz (2003) “o conjunto de profissionais que se empenham na realização de programas na área de lazer” (p.01). Para Vaz (2003), o recreador deve agir como um gestor das atividades de lazer, tomando frente às situações, com funções primordialmente de direção e supervisão dos programas, sendo, estes últimos, variados e complexos, atendendo as preferências dos vários tipos de grupo e de indivíduos que requerem muita flexibilidade do profissional, considerada de suma importância para a intervenção recreacionista.

Ainda segundo Castro¹ (2007),

O animador investiga, planifica, projecta, implementa e avalia planos de animação sociocultural, assumindo um papel de agente de sociabilização e mobilização social. Esta clareza de funções (que há uns anos não existia), permite que o animador seja (re) considerado e reconhecido como um profissional e um técnico com competência e formação académica superior, deitando por terra a imagem estereotipada do indivíduo que “desenrasca” umas actividades e “entretém” os grupos com quem trabalha.

É um agente social que promove atitudes de consciencialização e participação nos indivíduos, assumindo assim um papel de mediador, de forma a sensibilizá-los para o processo de desenvolvimento criativo, valorizando as suas capacidades individuais, sociais e culturais. (p. 01)

¹ Susana Tamagnini Castro, especialista em Animação e Mediação Sociocultural pela FLUP – Faculdade de Letras Universidade do Porto – Portugal.

Tem-se, portanto, a importância desse profissional que precisa, além de tudo, ser perspicaz, atento e capacitado no que faz, procurando atender a grupos heterogêneos e, em grande maioria, ávidos por algo inovador e prazeroso para seu momento de lazer.

Porém, devemos enfatizar e observar, que o recreador, enquanto um profissional, deve ter assegurado seus direitos trabalhistas, remuneração qualificada, adequação da carga horária, e tempo disponível para usufruir de momentos de lazer fora do campo de trabalho.

Reforçamos aqui a importância da qualificação do profissional recreador, e que este busque em áreas de formação da Educação Física, Turismo, Administração e Hotelaria, por exemplo, a constante atualização do conhecimento e das atividades que perpassam desde a gestão, planejamento, execução e avaliação dos programas elaborados pelo profissional em conjunto com a instituição em que trabalha (hotel, clube, condomínios), mas que o recreador também contemple os momentos destinados ao seu tempo de lazer.

Nossa experiência enquanto auxiliar de recreação no grupo pesquisado ocorrida nos meses de janeiro e julho do ano de 2007 teve uma rotina laboral de sete horas diárias, seis dias na semana, com um dia de folga, totalizando quarenta e duas horas semanais, proporcionando entretenimento aos hóspedes do hotel, elaborando atividades lúdicas ou físicas que envolveram o público direta ou indiretamente, relacionando-se com todos aqueles que trabalharam ou simplesmente tiveram breve passagem pelo hotel de forma cordial, bem humorada e atenciosa.

Perante tantas opções de lazer à nós apresentadas, seja por parte do poder público ou privado, buscamos filtrar aquelas que incumbem ao poder público municipal o seu fomento, motivo precípuo de nossa problemática evidenciar a questão do acesso dos recreadores as políticas públicas de lazer da cidade.

3. METODOLOGIA

A população correspondente deste trabalho são os recreadores que atuam na rede hoteleira e clubística de Caldas Novas-GO e o secretário municipal de desporto e lazer. Como amostragem dos recreadores, realizamos a coleta de dados com um grupo de cinco recreadores que atuam na maior rede hoteleira e clubística de Caldas Novas-GO, o Grupo Privé das Caldas.

Como instrumento para coleta de dados, elaboramos e aplicamos um questionário misto aos recreadores composto por vinte itens no período do final de setembro ao início de outubro de 2008, versando sobre formação escolar, carga horária de trabalho, relação com entidades que representam a categoria (CREF, Sindicatos, Associação), conceituação de lazer, acesso à ambientes de lazer e a disponibilidade para a prática do mesmo no tempo livre, dentre outras, visando detectar quais os espaços, eventos e formas de lazer acessíveis aos recreadores disponibilizados tanto pelo poder privado, quanto pelo poder público, focando principalmente este último, no que tange as políticas públicas de lazer da cidade.

Também enfocamos o poder público municipal em nossa coleta de dados, mais precisamente a Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, entrevistando o Secretário Municipal no dia 16 de outubro de 2008 com o intuito de aferir as possibilidades das políticas públicas de lazer para a demanda da população caldasnovense no ano corrente, motivo pelo qual elaboramos dez questões versando sobre projetos/eventos de lazer promovidos pela secretaria, formação profissional dos servidores, relação com o CREF

(regional 14), políticas de lazer para a “alta” e “baixa” temporadas e os aparelhos de lazer gratuitos disponibilizados pela prefeitura através da secretaria.

Portanto, defendemos uma análise de dados dialética que possa estabelecer relações entre os anseios dos recreadores e as políticas públicas da secretaria para o lazer, enfocando pontos convergentes e divergentes nas falas daqueles que dialogam por intermédio de autores do campo do lazer, evidenciando, assim, a realidade das políticas públicas de lazer em Caldas Novas-GO e os conseqüentes motivos da atual conjuntura, tentando responder a problemática emergente de forma satisfatória. Tomaremos como referencial o questionário respondido pelos recreadores, confrontando com as principais falas proferidas pelo secretário na entrevista.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na primeira questão detectamos a unanimidade ao afirmarem não existe no município de Caldas Novas nenhum órgão ou instituição representativa da classe trabalhadora dos recreadores, dificultando a busca de melhores condições de trabalho e remuneração, por exemplo.

Na segunda questão detectamos que dois recreadores têm uma carga horária de trabalho semanal de 49hs o que poderia ser considerado exorbitante se for tomada como base a carga horária média de trabalho semanal do Brasil que possui 42 horas segundo o DIEESE (MASCARENHAS, 2005, p. 76). Os outros três recreadores afirmaram trabalharem de 30 a 42hs por semana.

Nesse sentido, perante a complexidade do trabalho contemporâneo, onde o empregado deve cumprir horários, metas e ordens estabelecidas pelo empregador, atentando-se para a sua formação profissional e reputação ilibada na empresa, além de flexibilizar-se para atender ou atuar em campos que antes não lhe competiam, observamos a mensuração do tempo de trabalho feita de duas formas: “segundo sua extensão, sua duração, e segundo seu grau de condensação, sua intensidade” (MARX apud MASCARENHAS, 2005, p. 74). Ou seja, um recreador que trabalhe 7 ou 6 horas diárias de forma intensa e extenuante para garantir todas as prerrogativas profissionais supracitadas, vem a se sentir exaurido em seu tempo livre, o que influencia direta e crucialmente na busca de seu próprio lazer de forma autônoma, usufruindo daquilo que a administração pública possa disponibilizar gratuitamente.

Nossa intenção é proporcionar a visualização fidedigna das condições trabalhistas do recreador caldasnovense, pois atualmente trabalha-se mais tempo real que em outrora, como no início da revolução industrial, correlação entendida da seguinte forma:

Um trabalhador contemporâneo, cuja atividade seja altamente complexa e que cumpra um horário de sete horas por dia, trabalha muito mais tempo real do que alguém de outra época, que estivesse sujeito a um horário de quatorze horas diárias, mas cujo trabalho tinha baixo grau de complexidade. (J. BERNARDO apud ANTUNES, 1999, p. 175)

Cabe ao trabalhador, no caso de nossa pesquisa, ao recreador, apresentar contrapropostas a esse tipo de racionalidade capitalista em benefício de uma eventual redução em sua jornada de trabalho que só poderá ser vislumbrada a partir do momento em que forem firmados vínculos e parcerias com associações representativas da classe ou

alguma outra entidade similar que possa representá-los, com o intuito principal de desvelar a importância do tempo livre para o lazer perante aqueles que pretendem impor seus mecanismos de racionalização rigorosa do tempo em prol da acumulação de capital, haja visto que não existe nenhum tipo de sindicato da classe no município e nenhum recreador do grupo é vinculado ou filiado em âmbito estadual ou federal com entidade similar, como constatado na questão 1.

Na *questão 03*, que versa sobre a participação em programas/eventos de lazer no município, todos responderam negativamente, sendo que nenhum se incluiu em algum programa idealizado pela administração pública municipal para o lazer no ano de 2008.

A fala dos recreadores é justificada ao analisarmos a fala do Secretário Municipal de Desporto e Lazer. Este nos afirma nas questões 1 e 2 da entrevista, que versam sobre os projetos, eventos e o planejamento para o lazer em 2008, o qual não apresenta de forma claro e objetiva quais os projetos e ações a serem desenvolvidos.

Na *questão 06* procuramos analisar a compreensão dos sujeitos abordados sobre o termo lazer, sendo que três o relacionaram à correlações do tema à alegria e felicidade. E os outros dois entoaram perspectivas diferentes daquelas de seus colegas, atrelando sua concepção à nuance do prazer, nos momentos desprovidos do trabalho e/ou obrigações diárias.

Em seguida, na *questão 07*, nossa intenção precípua era analisar o sincretismo da profissão na síntese dos recreadores, com uma questão que buscou a percepção da relação trabalho-lazer.

Todos demonstraram estar cientes de que sua profissão não é um momento de lazer e sim de trabalho, mas alguns não ocultaram a satisfação que o monitoramento do lazer alheio traz as suas vidas, principalmente ao ver a “alegria estampada” na face do público durante as atividades, fato que, para a maioria, também torna a realização das atividades (no momento da execução em si) um momento de lazer durante o trabalho, ocasionando portanto, uma contradição no depoimento dos sujeitos da pesquisa..

A *questão 09* procura saber quais os tipos de lazer que os recreadores realizam nos momentos livres (ausentes do trabalho), os quais relataram as atividades relacionadas ao esporte, internet, “baladas”, ir ao cinema ou rever amigos que não fazem parte do círculo social do trabalho, dentre outros.

Esta questão tem relação com a de *número 11*, que indaga sobre os espaços disponíveis de lazer, tendo como objetivo saber quais são os mais frequentados pela classe recreadora e, principalmente, se os lugares são disponibilizados, em sua maioria, pelo poder público ou privado. Aqui destacam-se os bares e clubes (iniciativa privada) e o Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, juntamente com o centro de lazer do DEMAÉ (Departamento Municipal de Água e Esgoto), que não é um órgão ligado à Sec. Mun. Esp. e Lazer, mas que compõe área de lazer pública e gratuita da cidade.

Acerca dessas duas questões, observamos nas falas dos recreadores o destaque dado ao tipo de lazer consumista, aquele que pode ser pago com valores mensuráveis ao frequentar um cinema ou locar um filme numa videolocadora qualquer, além de outros espaços bastante citados, como os bares, casas de shows ou clubes, sendo que, no caso destes últimos é necessário adquirir ingressos ou títulos para frequentar ou associar-se, respectivamente.

Segundo Mascarenhas (2005), a imputação ao lazer à forma mercadoria tem razões já detectadas na sociedade capitalista contemporânea, são elas:

o aumento da taxa de exploração do trabalho; a taxa de utilização decrescente no capitalismo, com a necessidade de

aceleração do tempo de giro do capital e aumento da produção de descartáveis, ainda no palco da economia; o ataque aos direitos sociais, com a prevalência do “princípio do mérito” em face do fim do estado do Bem-Estar e avanço das teses neoliberais, no terreno da política; e a relativização do luxo e da necessidade, dada pelo relaxamento do proibicionismo, pelo crescente apelo ao consumo e pela constante redefinição dos chamados estilos de vida, o que se verifica no plano da cultura.
(p.65)

Infelizmente o consumo de mercadorias no tempo de lazer torna-se incapaz de atender a demanda de lazer de toda a população local, prescindindo as classes sociais com menor poder aquisitivo, haja visto o baixo poder de compra destas classes, que acabam por restringir seu lazer aos poucos aparelhos oferecidos pelo poder público municipal, como os “calçadões” para caminhada/corrída, ou a utilização do ginásio poliesportivo da cidade.

Ainda acerca dos aparelhos de lazer, verificamos em Caldas Novas uma restrição do lazer ao seu aspecto desportivo, sendo entendido como a prática deliberada de esportes, sejam eles praticados para fins competitivos ou simplesmente lúdico, nas quadras desportivas, campos de futebol ou calçadões de caminhada/corrída, com questões amplas do setor como a cultura, as artes, o desenvolvimento social e pessoal sendo deixadas de lado em prol do desporto.

“(...) Agora essa administração, mesmo nesse período curto, já conseguiu junto ao ministério do esporte uma quadra super moderna para o setor Jardim Paraíso I, onde embora seja um bairro muito populoso, não tem atrativo algum na área do lazer e do esporte. Essa construção começa agora e, concerteza, até fevereiro/março aquele bairro terá também uma quadra coberta quase que a altura do ginásio.” (palavras do Secretário Municipal de Desporto e Lazer de Caldas Novas)

Uma análise mais detalhada dessa vinculação do lazer ao desporto pode ser entendida em Marcellino (1996):

(...) Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular, pela simples observação assistemática, é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação de programação de atividades, via de regra ligadas ao esporte e à arte (...). (p. 24)

Atentamos para a formação profissional dos recreadores na *questão 10* do questionário, haja vista a importância da capacitação profissional daqueles que necessitam de métodos integradores e atraentes na execução de atividades, cabendo ao poder público, representantes da categoria (SMDL, Sindicatos, Associações) e a iniciativa privada (empresa em que atuam) a tarefa de fomentar a atualização do recreador oferecendo cursos ou promovendo integrações com outros profissionais de diversas localidades do país.

Tudo isto pode ser viabilizado através da participação em cursos de capacitação temporários, facilitação para o ingresso do profissional em curso de nível superior (Educação Física), formação continuada, dentre outros, de modo a evitarmos “a permanência e acentuação da desqualificação do trabalhador no processo de formação acadêmica e profissional e a tendência da destruição das forças produtivas.” (TAFFAREL et al, 2007, p. 04)

Esses fatores incitaram nosso interesse, na *questão 10*, sobre a participação dos recreadores em cursos nos últimos 4 anos, na qual quatro afirmaram ter participado de cursos na área, mostrando a atenção dos profissionais do grupo pesquisado quanto à sua própria formação profissional, com apenas um deixando a questão em branco.

Procuramos analisar a realidade empregatícia do recreador, de forma a apurar suas garantias perante os órgãos de seguridade social (INSS) na *questão 12* e seu vínculo com a instituição na *questão 13*, apurando respostas positivas para o estabelecimento profissional de todos, que alegaram contar com carteira assinada e vínculo empregatício efetivo.

Na “alta temporada” a carga horária de trabalho diária e semanal é idêntica a da “baixa temporada”, entretanto, devido ao aumento de atividades que a demanda de hóspedes requer, o grupo opta por contratar recreadores auxiliares que apóiam os efetivos, exercendo um papel complementar em função da experiência daqueles que estão a algum tempo exercendo a profissão.

Mas é justamente no período tido como “alta temporada” pela população caldasnovense, em que as oportunidades de trabalho temporário sofrem aumento considerável no comércio e nos hotéis e clubes da cidade, que deflagramos um processo gradativo de escassez de projetos e eventos de lazer por parte do poder público municipal em benefício da racionalidade capitalista (SILVA, 2001), pois o próprio Secretário entende que na “alta temporada” deve ser enfatizado o trabalho e o atendimento aos turistas, enfoque que reflete drasticamente nas políticas públicas de lazer da cidade, pois o quadro da população passa a ser extremista, com muito trabalho e pouco ou nenhum tipo de lazer gratuito idealizado pelo poder público.

Fizemos esta análise a partir da décima questão feita ao secretário na entrevista, que versa sobre os projetos de lazer para as “alta” e “baixa” temporadas na cidade. Obtemos a seguinte resposta:

“Na alta temporada a gente tem que diferenciar um pouquinho, por que na alta temporada nós temos que procurar mais o turista. Então a nível de cidade a gente procura diminuir um pouco os nossos projetos de trabalho. Nosso projeto de trabalho para a população de Caldas Novas, ele é feito fora da grande temporada, por que na grande temporada o pessoal tem que estar trabalhando e atendendo o pessoal.” (palavras do Secretário Municipal de Desporto e Lazer).

Para entendermos melhor como se dá a relação recreador/CREF, questionamos sobre o vínculo, a opinião, o processo de filiação (para os filiados), os benefícios e cursos que o CREF 14 promove ou promoveu para os recreadores do grupo nas *05 questões finais* do questionário.

Fica evidente a falta de informação dos recreadores sobre a real finalidade do CREF perante a sociedade, principalmente no âmbito regional, com exceção de Evandro que alegou estar em fase de andamento sua filiação ao CREF, entendendo que a

instituição pode proporcionar melhor capacitação profissional ao recreador, porém o mesmo desconhece algum curso oferecido pelo CREF 14 na área recreacional.

Entendemos que a fiscalização e o acompanhamento devem ser feitos pela sociedade e cidadãos que a compõe e não por instituições que priorizam a filiação em grande escala afim de garantir as taxas cobradas, do que realmente fiscalizar e qualificar.

A ausência do CREF 14, especificamente no município de Caldas Novas, configura-se nas respostas dos recreadores, sendo que nenhum recreador do grupo tem conhecimento ou participou de algum curso oferecido pelo CREF, seja na área recreacional ou aquática (cursos de aperfeiçoamento em hidroginástica, “brincadeiras molhadas”, jogos, dentre outros), o que impacta na compreensão dos benefícios que o CREF pode trazer a estes profissionais.

Constamos na afirmação de um dos recreadores apenas o receio quanto à fiscalização exercida pelo CREF 14, o que pode oferecer uma ameaça ao profissional não habilitado pela entidade para trabalhar, constituindo um benefício o simples fato do CREF autorizar/legalizar o recreador a exercer sua profissão sem constrangimentos.

O Secretário Municipal de Desporto e Lazer do município de Caldas Novas-GO entende a participação do CREF como de suma importância para garantir a funcionalidade da atuação profissional daquele que trabalha com o movimento e a cultura corporal no município. O mesmo não é objetivo ao expressar o vínculo do CREF com os projetos disponibilizados pela Secretaria quando indagado sobre a fiscalização ou participação da entidade nos projetos da SMDL.

Através da fala do secretário analisamos a postura da secretaria perante a fiscalização e atuação profissional daqueles que exercem atividades concernentes à Educação Física em Caldas Novas, subjugando-se ao CREF ao isentar-se da responsabilidade de atuar no âmbito não escolar, eximindo-se assim da responsabilidade de fiscalização, formação e projetos por parte da SMDL. Faz-se necessário que os profissionais de Educação Física, se organizem através de instituições que representem a categoria (Sindicatos, Associações) que estão para além da função de autorizar/legalizar sua atuação profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incompatibilidade dos horários dos recreadores para a participação em projetos oferecidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (restritos a área esportiva) é crucial para definir o lazer destes indivíduos que acabam optando por um mercolazer (MASCARENHAS, 2005) em seu tempo livre (em sua maioria disponível no período noturno) devido à carga horária de trabalho exercida nos clubes e hotéis em detrimento daquilo que é oferecido pela SMDL na área de atuação do lazer.

O acesso dos recreadores as políticas públicas de lazer disponibilizadas pelo poder público municipal de Caldas Novas está distante daquilo que consideramos ideal para a emancipação e participação dos indivíduos nos eventos/projetos de lazer de forma autônoma, gratuita e adequada para seu tempo livre.

Por isso o Secretário Municipal de Desporto e Lazer afirma existir projetos/eventos para a comunidade, mas que infelizmente não são freqüentados pelo grupo de recreadores da rede de hotéis/clubes pesquisados devido à uma série de fatores como a carga horária de trabalho, os próprios horários dos projetos disponibilizados e principalmente a forma como são disponibilizados pela SMDL nas “alta” e “baixa” temporadas.

Assim, aduzimos nossa pesquisa concluindo que atualmente não há acesso dos recreadores de Caldas Novas à projetos ou ações vinculadas ao lazer promovidos por parte do poder público municipal através da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, por esta priorizar projetos esportivos, o que não significa necessariamente projetos de lazer e, principalmente, por enfatizar projetos voltados para aqueles que visitam a cidade no período de alta temporada através de eventos realizados pela iniciativa privada e apoiados/patrocinados pela prefeitura.

Ficamos na expectativa que este estudo possa incitar mais acadêmicos a estudar as políticas públicas de lazer de Caldas Novas ou de outros municípios carentes de pesquisas voltadas para a área do lazer, para que assim soluções possam ser apresentadas àqueles que elaboram estas políticas, numa via dialética entre a política e os vários lócus de conhecimento por todo o Brasil.

6. REFERENCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo-SP: Boitempo, 1999.
- CASTRO, Susana Tamagnini. *O papel do animador sócio-cultural*. 2007. Disponível em <http://trampolinar.blogspot.com/2007/11/o-papel-do-animador-sociocultural.html>. Acesso em 18 nov. 2008.
- CRISTOVAM, José Sérgio da Silva. *Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional*. Texto elaborado em 2005 e Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>. Acesso: 20 jul. 2008.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. 3 ed. São Paulo-SP: Perspectiva, 2004.
- FREY, Klaus. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Texto elaborado em 2000 e Disponível em: http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf. Acesso: 15 set. 2008.
- GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação a pesquisa científica*. 3.ed. Campinas-SP: Editora Alínea, 2003.
- GUARESCHI, Neuza. Et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marelene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires. (Orgs). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre-RS: Ed. EDIPUCRS, 2004.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. 2. ed. Campinas-SP: Editora Papirus, 1990.
- _____. *Lazer e Esporte: Políticas Públicas*. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.
- _____. Subdísios para uma política de Lazer – O papel da Administração Municipal. In: _____. (Org.). *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das Prefeituras*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996. pgs.23-30.
- MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. 2005. 308f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- PELLEGRIN, Ana de. O Espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org). *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das Prefeituras*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996. pgs. 31-38.
- ROCHA, Luiz Carlos. Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. *Diálogos Possíveis*, Salvador-BA, v. 3, n. 2, p. 191-199, jul./dez. 2004.
- SILVA, Maurício R. O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar. Onde está o lazer/lúdico? O gato comeu???. In: *Anais*. XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte,

- 2001, Caxambu - MG. Anais do XI CONBRACE. Campinas - SP : CBCE, 2001.
- SUASSUNA, Dulce et al. O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo Antônio. *Política e Lazer: Interfaces e Perspectivas*. Brasília – DF: Thesaurus, 2007. pág. 13-42. (Coleção Dossiê)
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS, Jomar Borges ; BARBOSA, Ambrozi Joselúcia ; ALVES, M. S. . *Regulamentação da Profissão de Educação Física: Nexos e Relações com a Reestruturação Produtiva e as Reformas do Estado*. In: III EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2007, Salvador. Caderno de resumos do III EBEM. Salvador : UFBA, 2007. v. 01.
- VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. *O profissional de Turismo e Lazer*. Revista Digital. Buenos Aires, Ano 09, nº 65. Outubro/2003. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. *Motrivivência*. Florianópolis-SC: UFSC, Ano X, nº 11, Setembro/1998.

Este artigo refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso realizado pelo acadêmico Danillo Henrique Clemente, no 2º semestre de 2008, sob orientação do Prof. Leomar Cardoso Arruda, do Curso de Educação Física (Licenciatura) da Universidade Federal de Goiás-Campus Catalão (UFG-CAC).

Danillo Henrique Clemente. Licenciado em Educação Física/UFG/CAC.
Prof. Esp. Leomar Cardoso Arruda. UFG/CAC/Educação Física.

Formato do Trabalho: Comunicação Oral

GTT 9: POLÍTICAS PÚBLICAS

Endereço: Rua 23, nº 15 – Setor Universitário – Catalão-Goiás – CEP: 75706-330

E-mail: leocardoso_2005@hotmail.com; dhenrique77@hotmail.com

Recurso Tecnológico para Apresentação: Data-Show